

digital (E1) e serviço de DDR, com prestação de manutenção dos meios, nos termos das autorizações, permissões ou concessões outorgadas pela agência nacional de telecomunicações-ANATEL; b) Que a Cláusula IV do referido instrumento ficou estabelecida a vigência do ajuste por 15 meses, prorrogável até o limite de 60 meses; c) Que a Contratada comprovou, perante o Contratante, que mantém as condições de habilitação e qualificação exigidas à época do certame, nos termos do artigo 55, inciso XIII, da Lei Federal 8.666/1993; d) Que a prorrogação do contrato foi expressamente autorizada e justificada por escrito pela autoridade competente, conforme despacho exarado no Processo 002149/39/DR10/2014; resolvem, de comum acordo, aditar o Contrato 2014-19.450-5, nos termos do artigo 57, inciso II, da Lei 8.666/1993, o que ora fazem nos termos a seguir expostos: Cláusula Primeira – Da Prorrogação, o prazo de vigência do contrato fica prorrogado por 15 meses, de 05-03-2016 a 04-06-2017; Cláusula Segunda – Do Valor e Recursos Orçamentários – o valor total estimado da presente prorrogação passa a ser de R\$ 13.471,50 para o período de 15 meses, valor inicial R\$13.471,50, reajuste 2016 abdicado conforme fls.400-2º vol, prorrogação autorizada no 3º vol R\$13.471,50, valor atual do contrato R\$ 26.943,00; Cláusula Terceira – Da Ratificação, permanecem em vigor as demais cláusulas contratuais não alteradas pelo presente instrumento; Cláusula Resolutiva, adstrita à existência de recursos nas respectivas leis orçamentárias de cada exercício para atender às respectivas despesas, em caso de aditamento para posteriores exercícios. Ocorrendo a resolução do contrato com base nesta cláusula especial, a contratada não terá direito a qualquer espécie de indenização; Cláusula Condicional, de inexistência de registros em nome da Contratada no Cadin Estadual, para o pagamento.

DEPARTAMENTO AEROVIÁRIO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Retificação do D.O. de 28-1-2016

Onde se lê: Termo de Rescisão Unilateral pelo presente instrumento de Rescisão Unilateral de Contrato, o Departamento Aeroviário do Estado de São Paulo, representado pelo Superintendente Ricardo Rodrigues Barbosa Volpi, com sede nesta Capital, na Avenida do Estado, 777 – 6º andar, doravante designado, simplesmente, DAESP, resolve rescindir unilateralmente o contrato ACOM 022/15, celebrado em 24-06-2015, com a empresa Manaus Aerotáxi Participações Ltda, CNPJ 02.324.940/0001-61, com endereço na Avenida Santos Dumont, 1916 – Aeroporto Internacional Eduardo Gomes – Hangar Manaus Aerotáxi – Bairro Tarumã – Cep.: 69.041-000 – Manaus/AM, cujo objeto é a Concessão de Uso de Área Aeroportuária destinada a construção de Edificação para desenvolvimento de atividades aeronáuticas (vedado para escola de aviação e atividades aerodesportivas) no Aeroporto de Itanhaém/SP, por infringir, desde 30-10-2015, a Cláusula Décima do contrato. Este termo de rescisão não é instrumento para regularidade financeira, ficando assegurado ao DAESP o direito de cobrança de qualquer débito existente do referido contrato. Leia-se: Termo de Rescisão Unilateral pelo presente instrumento de Rescisão Unilateral de Contrato, o Departamento Aeroviário do Estado de São Paulo, representado pelo Superintendente Ricardo Rodrigues Barbosa Volpi, com sede nesta Capital, na Avenida do Estado, 777 – 6º andar, doravante designado, simplesmente, DAESP, resolve rescindir unilateralmente o contrato ACOM 025/15, celebrado em 24-06-2015, com a empresa Manaus Aerotáxi Participações Ltda, CNPJ 02.324.940/0001-61, com endereço na Avenida Santos Dumont, 1916 – Aeroporto Internacional Eduardo Gomes – Hangar Manaus Aerotáxi – Bairro Tarumã – Cep.: 69.041-000 – Manaus/AM, cujo objeto é a Concessão de Uso de Área Aeroportuária destinada a construção de Edificação para desenvolvimento de atividades aeronáuticas (vedado para escola de aviação e atividades aerodesportivas) no Aeroporto de Itanhaém/SP, por infringir, desde 30-10-2015, a Cláusula Décima do contrato. Este termo de rescisão não é instrumento para regularidade financeira, ficando assegurado ao DAESP o direito de cobrança de qualquer débito existente do referido contrato.

Cultura

GABINETE DO SECRETÁRIO

Resolução SC 016, de 11-03-2016

Dispõe sobre a Comissão de Avaliação do Prêmio Governador do Estado para a Cultura de São Paulo - 2015 (modalidade Destaque Cultural)

O Secretário de Estado da Cultura, no uso das atribuições conferidas no inciso I, alínea “j”, do Artigo 100, do Decreto 50.941 de 05-07-2006, bem como em atenção ao Artigo 5º da Resolução SC-004, de 17 de fevereiro 2016, RESOLVE:

Artigo 5º - A Comissão de Avaliação, que decidirá sobre a escolha dos indicados para premiação, cujos nomes serão submetidos ao Governador do Estado, será formada por 05 (cinco) jurados atuantes na área cultural em questão. Para cada modalidade será criada uma comissão que poderá ser composta por membros das Câmaras Setoriais da Secretaria de Estado da Cultura ou representantes da sociedade civil de notória atuação em sua área, de livre nomeação pelo Secretário de Estado da Cultura.

E de acordo com o Regulamento do Prêmio, publicado no D.O. em 27-02-2016, Seção I, Poder Executivo, pg. 41 e 42.

Artigo 2º - São membros da Comissão de Destaque Cultural:

- Celso Lafer RG 1.809.257
- Danilo Santos de Miranda RG 4.710.115-5
- Diógenes Serra Moura RG 27.378.954-5
- Fábio Luiz Pereira de Magalhães RG 2.808.877-3
- José Roberto Neffa Sadek RG 5.900.062

Artigo 3º - Cada membro da Comissão de Avaliação está ciente e aprova o fato desta curadoria não receber valores de remuneração.

Artigo 4º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Extrato de Convênio
2º Termo Aditivo
Convênio 2014CV00122
Processo SC/57644/2014
Participes:
1º Conveniente - Secretaria de Estado da Cultura
2º Conveniente - Prefeitura Municipal de Cristais Paulista
Objeto: Celebração de convênio visando a aquisição de instrumentos musicais e uniformes para a banda municipal.
Modalidade: Convênio
Valor Inicial: R\$ 99.961,00
Acréscimo: Não houve
Supressão: Não houve
Valor atual do Convênio com aditamentos: R\$ 99.961,00, de responsabilidade do ESTADO.
Data de Assinatura: 16-02-2016
Unidade Gestora: 120101
Programa de Trabalho: 13.392.1201.5706.0000
Natureza das Despesas: 444052
Nota de Reserva: Não há
Vigência: até 21-05-2016
Parecer Jurídico: CJ/SC 519/2015 de 17-12-2015

UNIDADE DE ATIVIDADES CULTURAIS

UNIDADE DE FOMENTO À CULTURA

Extrato de Contrato

Processo SC- 129247/2009

Contrato 353/2009

Termo de Rescisão do Contrato 353/2009, celebrado entre o Estado de São Paulo, através da Secretaria de Estado da Cultura e a Fundação Dr. João Romeiro, tendo por objetivo a rescisão do contrato do projeto “Orfeu, uma semente para o futuro” relativo ao edital de Seleção para Pontos de Cultura do Estado de São Paulo.

Aos 22 dias do mês de fevereiro do ano de 2016 (dois mil e dezesseis), na sede da SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA, à Rua Mauá, 51 - Bairro da Luz, nesta Capital, CNPJ 51.531.051/0001-80, compareceram as partes, de um lado, como CONTRATANTE, o ESTADO DE SÃO PAULO, por sua SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA, neste ato representada por seu Coordenadora da Unidade de Fomento à Cultura, Sra. MARIA THEREZA BOSI DE MAGALHÃES, portadora do RG 36.779.920-0, inscrita no CPF sob o 516.776.521-87, e de outro lado, como CONTRATADA, a entidade FUNDAÇÃO DR. JOÃO ROMEIRO com sede à Rua dos Bentos, 450 - Alto do Cardoso CEP:12422-070, Pindamonhangaba - SP, CNPJ 50.455.237/0001-35, neste ato representada pelo seu presidente, Sr. Antonio Aziz Boulos, RG 22789202-1 e CPF 116214918-38.

As referidas partes, CONSIDERANDO:

a) Que em 09-12-2009, celebraram o Contrato 353/2009, para realização do projeto “Orfeu, Uma Semente para o Futuro” relativo ao Edital de Seleção para Pontos de Cultura do Estado de São Paulo;

b) Que a rescisão contratual está prevista na Cláusula Décima - Da Rescisão e Reconhecimento dos Diretos do Contratante, e possui embasamento legal nos artigos 75 a 82 da Lei Estadual 6.544/89 e artigos 77 a 80 e 86 a 88 da Lei Federal 8.666/93;

RESOLVEM, de comum acordo:

CLÁUSULA PRIMEIRA: RESCINDIR o Contrato 353/2009, firmado em 09-12-2009, de maneira a não mais produzir qualquer efeito entre as partes.

CLÁUSULA SEGUNDA: DECLARAR que, a partir de 19-02-2016, estão as partes inteiramente desvinculadas, entre si, de quaisquer obrigações, nada havendo a ser recebido ou exigido de qualquer delas, a qualquer título.

E, por estarem, assim, justas e acertadas, firmam as partes o presente instrumento em 03 (três) vias, de igual forma e teor, que também assinam, para todos os fins e efeitos de direito.

Comunicado

Anexo Técnico VI - Termo de Permissão de Uso de Bens Imóveis

Termo de permissão de uso de parte de imóvel cedido à Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo pela Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM, situado no município de São Paulo

Aos 10-03-2016, na Consultoria Jurídica da Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo, órgão da Procuradoria Geral do Estado, localizada na Rua Mauá, 51, 1º andar, Capital, presente a Dra. Vera Wolff Bava Moreira, Procuradora do Estado, representando a Fazenda do Estado de São Paulo, em conformidade com a Lei Complementar Estadual 1.270, de 25-08-2015, e o Artigo 6º, inc. I, do Decreto Estadual 47.011, de 20-08-2002 c/c à Resolução PGE 77, de 03-12-2010, daqui por diante denominada simplesmente PERMITENTE, para este ato devidamente autorizada pelo artigo 10º, caput, do Decreto 43.493, de 29-09-1998, do processo SC 126401/2015, compareceu a FUNDAÇÃO ORQUESTRA SINFÔNICA DO ESTADO DE SÃO PAULO, Organização Social de Cultura, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Júlio Prestes, 16, 2º andar, CEP 01218-020, inscrita no CNPJ/MF sob 07.495.643/0001-00, neste ato representada na forma de seu Estatuto por MARCELO DE OLIVEIRA LOPES, Diretor Executivo, doravante denominada simplesmente PERMISSIONÁRIA, estando presentes ainda as testemunhas ao final nomeadas.

Pela PERMITENTE, ante os presentes, foi dito:

Primeiro: que, nos termos do Termo de Cessão de uso de imóvel nº TCE 040/97, Processo 057/PSP/97, outorgado pela Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM) e seus aditivos, écessionária do imóvel denominado “Complexo Cultural Júlio Prestes” com endereço na Rua Mauá 51, CEP 01028-900, São Paulo, SP. O referido imóvel possui terreno de 16.936,88 m² e 25.093,61 m2 de área construída, tendo sido registrado no 8º Cartório de Registro de Imóveis da Capital do Estado de São Paulo, no Livro 2, sob a matrícula 15969, em 24-08-1977 e conforme desenho 5210-3, e consta como incorporado ao Patrimônio Estadual, destinado à Secretaria da Cultura, sendo tombado pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico - CONDEPHAAT, em 08-07-1999, por meio da Resolução SC 27/99 e conforme Processo 36990/1997.

Segundo: Que tendo em vista a autorização governamental, assim como a autorização da Cedente originária retomencionadas, a PERMITENTE permite, como de fato permitido tem, à PERMISSONÁRIA, o uso de área correspondente às áreas discriminadas nas plantas anexas desse imóvel e respectiva edificação, para desenvolvimento das atividades previstas no Contrato de Gestão 01/2015, ao qual o presente instrumento encontra-se vinculado, ficando a PERMISSONÁRIA, desde já autorizada a ocupá-lo e usá-lo, inclusive como sua sede, desde que as atividades ali desenvolvidas circunscrevam-se aos objetivos do referido Contrato de Gestão.

Terceiro: Que são obrigações da PERMISSONÁRIA:

I - utilizar o imóvel e equipamentos a ele integrados exclusivamente para o fim especificado no Contrato de Gestão 01/2015, e para a realização das atividades destinadas à obtenção de parcerias institucionais e/ou receitas operacionais para atingir os resultados previstos no referido Contrato de Gestão, de acordo com as definições e condições especificadas neste Termo, sendo vedado o seu uso de forma diversa ou para qualquer outra finalidade, não podendo cedê-lo ou transferi-lo no todo ou em parte a terceiros, exceto quando prévia e expressamente autorizado pela PERMITENTE, por intermédio da Secretaria da Cultura, nos termos da legislação em vigor;

II - zelar pela segurança, limpeza e conservação do mencionado imóvel e seus equipamentos, providenciando prontamente os serviços de manutenção e conservação predial preventiva e corretiva e de salvaguarda que se tornarem necessários, e estruturando as rotinas de manutenção e segurança por meio dos planos de a) Manutenção Predial e Conservação Preventiva e b) Segurança, Salvaguarda e Contingência, a serem apresentados na celebração do Contrato de Gestão;

III - elaborar o Manual de Normas e Procedimentos de Segurança e realizar capacitações periódicas de suas normas e procedimentos de segurança com todos os funcionários e terceirizados, bem como realizar no mínimo um simulado e uma atividade prática voltada a atuação em caso de incêndios e acidentes com funcionários, colaboradores e usuários por ano;

IV - seguir o procedimento definido na Resolução SC-27 de 08-07-1999, no caso de obras e reformas de ampliação, adequação, restauro ou construção;

V - obter a devida autorização formal do (s) órgão (s) responsável (is) pelo tombamento acima citados e de todas instâncias do Poder Público previstas na legislação antes de promover quaisquer modificações nos bens imóveis, inclusive instalações elétricas e hidráulicas;

VI - impedir que terceiros se apossom do imóvel referido neste Termo, ou dele se utilizem, dando conhecimento à PERMITENTE de qualquer turbação, esbulho ou imissão na posse que porventura ocorram, ou penhora que venha a recair sobre ele;

VII - responder, perante terceiros, por eventuais danos, de qualquer natureza, e cumprir todas as exigências dos poderes

públicos a que der causa, em decorrência de suas atividades no imóvel;

VIII - garantir aos prepostos da Secretaria da Cultura, devidamente credenciados, o acesso a todas as dependências e instalações para inspeção rotineira ou extraordinária, bem como fiscalização e avaliação do cumprimento das obrigações impostas neste Termo;

IX - pagar as despesas decorrentes do consumo de água, gás, energia elétrica, telefonia, internet, vigilância, segurança, limpeza e conservação predial;

X - arcar com todos os impostos e taxas que eventualmente venham a incidir sobre o imóvel em questão, proporcionalmente à sua ocupação;

XI - apresentar anualmente, junto ao relatório anual de atividades e de prestação de contas, a relação de todos os pagamentos efetuados referentes ao exercício anterior, relativos aos itens IX e X acima, cujos respectivos comprovantes deverão permanecer guardados pelo prazo legal no arquivo da PERMISSONÁRIA, à disposição da PERMITENTE e dos órgãos fiscalizadores;

XII - manter vigente e regular o Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros e envidar todos os esforços no sentido de manter regular e vigente o alvará de funcionamento do imóvel;

XIII - encaminhar à PERMITENTE cópia dos projetos básicos, executivos e complementares das intervenções realizadas; cópia das autorizações municipais, do Corpo de Bombeiros e dos órgãos de tombamento, quando for o caso, bem como cópia dos memoriais descritivos e atualizações cadastrais efetuadas;

XIV - apresentar semestralmente, com o relatório de atividades do 2o trimestre e com o relatório anual de atividades, o descritivo das ações de manutenção predial e conservação preventiva; das ações de incremento da segurança, incluindo capacitações internas; das obras civis e ações de regularização do imóvel realizadas no período.

Quarto: Que, com vistas a atingir os resultados previstos no Contrato de Gestão, a PERMISSONÁRIA fica autorizada a realizar no imóvel permitido ao uso:

I - cessão gratuita ou onerosa de espaços para realização de eventos gratuitos ou onerosos, devendo especificar as condições, critérios e espaços para essas cessões no plano de ação previsto no item 13 da Cláusula Segunda do Contrato de Gestão;

II - instalação e manutenção de: lanchonete, café, restaurante, estacionamento, loja de suvenires e livraria, que poderão ser geridos diretamente pela PERMISSONÁRIA ou por meio de contratação de terceiros, nos termos de seu regulamento de compras e contratações, a ser comunicada à PERMITENTE.

Parágrafo Único: A PERMISSONÁRIA deverá informar trimestralmente o número de eventos gratuitos e onerosos realizados, bem como indicar a receita obtida a partir da utilização dos espaços de acordo com os itens I e II acima.

Quinto: que o descumprimento, pela PERMISSONÁRIA, de quaisquer das obrigações impostas neste Termo, ou de exigências constantes da legislação pertinente, acarretará a revogação de pleno direito da presente Permissão, bem como do mencionado Contrato de Gestão, independentemente de interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, sem ressarcimento de qualquer natureza, podendo ser aplicadas à PERMISSONÁRIA as sanções previstas nos incisos I, II do artigo 87, da Lei Federal 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94.

Sexto: que a presente Permissão de Uso é concedida pelo mesmo prazo do referido Contrato de Gestão, inclusive eventuais prorrogações.

Sétimo: que, extinto o Contrato de Gestão 01/2015 ou a presente Permissão, as benfeitorias de qualquer natureza e as reformas realizadas no imóvel permanecerão a ele incorporadas, passando a integrar o patrimônio do titular do domínio do imóvel, sem ressarcimento.

Oitavo: que, nos casos omissos, a Permissão de Uso poderá ser revogada por aplicação das disposições da Lei Federal 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94.

Nono: que a não restituição imediata do (s) bem (s) a que se refere esta Permissão, ao término do prazo ou de sua eventual prorrogação, caracterizará esbulho possessório e ensinará sua retomada pela forma cabível, inclusive ação de reintegração de posse com direito a medida liminar.

Décimo: que no caso de a PERMITENTE ser compelida a recorrer a medidas judiciais para recuperação de seus bens, ficará a PERMISSONÁRIA obrigada ao pagamento de multa diária no valor de R\$ 1.500,00, que incidirá desde a data de caracterização do esbulho até a data em que a PERMITENTE se reintegrar na posse dos referidos bens, sem prejuízo de outras cominações legais e instrumentais, custos e honorários advocatícios, estes fixados em 20% sobre o valor da causa.

Décimo Primeiro: que fica eleito o foro da Fazenda Pública, na Comarca da Capital, para dirimir qualquer pendência originária da presente Permissão.

Pela PERMISSONÁRIA, por seu representante, foi dito que aceitavam esta Permissão de Uso em todos os seus termos, cláusulas e condições.

De como assim o disseram, foi lavrado o presente Termo, em 4 (quatro) vias de igual teor, as quais, depois de lidas e consideradas em conformidade, são assinadas pelas partes e pelas testemunhas abaixo qualificadas.

FUNDAÇÃO MEMORIAL DA AMÉRICA LATINA

Despacho do Diretor Presidente, de 17-03-2016

Processo FMAL 297/2015. Contrato 26/2015 de prestação de serviços de vigilância / segurança patrimonial com a efetiva cobertura dos postos designados, no âmbito da Fundação Memorial da América Latina celebrado com a empresa Versáteis Segurança e Vigilância Eireli - EPP.

Aplicação de Penalidade de Multa

Análise do recurso interposto pela Versáteis Segurança e Vigilância Eireli - EPP, decorrente da aplicação da multa no contrato FMAL 26/2015

À vista dos elementos constantes nos autos do processo FMAL 297/2015, cujo objeto é a prestação de serviços de vigilância / segurança patrimonial com a efetiva cobertura dos postos designados, que a FUNDAÇÃO MEMORIAL DA AMÉRICA LATINA celebrou com a empresa VERSÁTEIS SEGURANÇA E VIGILÂNCIA EIRELI - EPP, Contrato FMAL 26/2015, considerando os fundamentos jurídicos e fáticos expostos nas INFO GAJ 19/2016 e 43/2016, de fls. 554/558 (renumeradas) e 616/619 nas manifestações justificadas do Gestor do Contrato no Memorandos Internos 04/16 e 15/16 de fls. 533/549 (renumeradas) e 581/611 (renumeradas), complementados pelos despachos do Diretor Administrativo e Financeiro, de 17-02-2016, às fls. 560 (renumerada), e de 11-03-2016, às fls. 602 (renumerada), os quais adoto como razão de decidir, e de acordo com a competência que me é atribuída nos termos legais, o RECURSO interposto pela empresa VERSÁTEIS SEGURANÇA E VIGILÂNCIA EIRELI - EPP, é INTEMPESTIVO, porém o RECEBO como mero direito de petição, com fulcro no art.5º, inciso XXXIV, alínea “a”, da Constituição Federal e no MÉRITO o INDEFIRO, mantendo-se assim o r. despacho do Diretor Administrativo e Financeiro que propôs a APLICAÇÃO DE PENALIDADE DE MULTA POR DESCUMPRIMENTO CONTRATUAL, prevista no item 12.1.4 do Instrumento Contratual, correspondente à multa de 5% do valor mensal do Contrato, perfazendo a importância de R\$ 2.672,64, pela inexecução parcial do contrato (itens 3.1, XXV, do Termo inicial e 2.1, 2.2.17, 3.13 do Memorial Descritivo - Anexo I do Contrato), com base no art. 87, II, da Lei Federal 8666/93 e suas alterações. Também, a aplicação da multa atendeu aos princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa, aos inerentes a legislação federal de licitações, e especialmente ao seu art. 41.

I- O Processo FMAL 297/2015 poderá ficar com vista franqueada à empresa, bem como ficar à disposição para extração de cópias reprográficas de seu interesse.

II- Publique-se e notifique-se pessoalmente o representante da empresa no mesmo dia da publicação no D.O.

Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação

JUNTA COMERCIAL

DO ESTADO DE SÃO PAULO

Extrato de Termo de Adesão ao VRE

Processo JUCESP nº 058/2016

Parecer Jurídico nº 763/2015

Conveniente – Junta Comercial do Estado de São Paulo - JUCESP

Conveniada: Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto.

Vigência: Prazo indeterminado.

Data da assinatura: 11 de março de 2016.

PRESIDÊNCIA

Retificação do D.O. de 16-3-2016

Na Portaria JUCESP 9, de 11-03-2016.

O VICE-PRESIDENTE DA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO - JUCESP, no uso de suas atribuições legais e administrativas, RETIFICA os termos da Portaria JUCESP 9, de 11-03-2016, publicada em 16-03-2016:

Onde se lê: RG 11.10.627

Leia-se: RG 11.910.627

SECRETARIA-GERAL

Retificação do D.O. de 16-3-2016

Na Ordem de Serviço Nº 06, de 14 de março de 2016

A SECRETARIA-GERAL DA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições legais e administrativas, RETIFICA os termos da Ordem de Serviço nº 06 de 14 de março de 2016, publicada no DOE em 16 de março de 2016:

Onde se lê: RG nº 11.10.627

Leia-se: RG nº 11.910.627

CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA SOUZA

Resumos de Contrato

Processo: 1402/16- PARECER DA CONSULTORIA JURÍDICA 046/2015 DE 20-01-2015 – MODALIDADE DE LICITAÇÃO: PREGÃO ELETRONICO - CONTRATO: 033/2016 - CONTRATANTE: C.E.E.T. “Paula Souza” - CONTRATADA: ACQUA LIFE COMERCIAL EIRELI-EPP - Objeto: AQUISIÇÃO DE MICROFONE PROFISSIONAL C/CABO - VALOR CONTRATO: R\$ 16.340,00 - PRAZO DE ENTREGA: 45 dias – ELEMENTO ECONÔMICO: 449052 - UNIDADE: ADM-Diversas Unidades - DATA DA ASSINATURA: 17-03-2016.

Processo: 1404/16- PARECER DA CONSULTORIA JURÍDICA 044/2015 DE 20-01-2015 – MODALIDADE DE LICITAÇÃO: PREGÃO ELETRONICO - CONTRATO: 035/2016 - CONTRATANTE: C.E.E.T. “Paula Souza” - CONTRATADA: ACQUA LIFE COMERCIAL EIRELI-EPP - Objeto: AQUISIÇÃO DE PROJETOR MULTIMIDIA - VALOR CONTRATO: R\$ 170.476,00 - PRAZO DE ENTREGA: 45 dias – ELEMENTO ECONÔMICO: 449052 - UNIDADE: ADM-Diversas Unidades - DATA DA ASSINATURA: 17-03-2016.

Resumo de Contrato

PROCESSO: 4889/15 - PARECER DA CONSULTORIA JURÍDICA Nº 648/15 DE 05/11/2015 – MODALIDADE DE LICITAÇÃO: ARTIGO 24, INCISO XVI - CONTRATO: 014/16 - CONTRATANTE: C.E.E.T. “Paula Souza” - CONTRATADA: IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO S/A - IMESP - OBJETO: SERVIÇOS DE PRODUÇÃO E IMPRESSÃO DE REVISTAS, PASTAS, LIVROS, FOLHETOS E FOLDERS - VALOR CONTRATO: R\$ 280.145,50 - PRAZO DE ENTREGA: 30 dias – ELEMENTO ECONÔMICO: 339039 - UNIDADE: Administração Central - DATA DA ASSINATURA: 17/03/2016.

GABINETE DO DIRETOR-SUPERINTENDENTE

Portaria CEETEPS-GDS Nº 1237, de 17-3-2016

A Diretora Superintendente, do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, com fundamento na Deliberação CEETEPS nº 01, de 11, publicada em 12/01/2000, alterada pela Deliberação CEETEPS nº 2, de 16, publicada em 17/09/2003, expede a presente Portaria:

Artigo 1º - Fica designada a Unidade do Ensino Médio e Técnico – CETEC –, para orientar e acompanhar a 2ª etapa - Processo Eleitoral - de indicação dos candidatos a Diretores das Escolas Técnicas do CEETEPS.

Artigo 2º - Poderão candidatar-se à eleição os integrantes das carreiras docentes do CEETEPS considerados qualificados, conforme Edital nº 018/2014, publicado em 17/01/2015 – Processo nº 3016/2014-CEETEPS.

Artigo 3º - O processo eleitoral ocorrerá nas Escolas Técnicas Estaduais, constantes do Anexo que é parte integrante desta Portaria.

Artigo 4º - As inscrições serão realizadas nas Escolas Técnicas Estaduais, onde ocorrerá o processo eleitoral, no período de 14, 15, 18, 19 e 20/04/2016.

Artigo 5º - Esta Portaria entra em vigor, na data de sua publicação.

Anexo
Escolas Técnicas Estaduais onde ocorrerá o processo eleitoral:

CODIGO	UNIDADE	MUNICIPIO
006	Etec Polivalente de Americana	Americana
007	Etec Conselheiro Antonio Prado	Campinas
008	Etec Vasco Antonio Venchiarutti	Jundiaí
010	Etec Lauro Gomes	São Bernardo do Campo
011	Etec Jorge Street	São Caetano do Sul
012	Etec Professor Camargo Aranha	São Paulo
015	Etec Presidente Vargas	Mogi das Cruzes
016	Etec Fernando Prestes	Sorocaba
017	Etec Rubens de Faria e Souza	Sorocaba
018	Etec de São Paulo	São Paulo
019	Etec Doutor Adail Nunes da Silva	Taquaritinga
023	Etec Albert Einstein	São Paulo
024	Etec Prefeito Alberto Feres	Araçás
025	Etec Professor Alcídio de Souza Prado	Orlândia
026	Etec Professor Alfredo de Barros Santos	Guaratininguetá
027	Etec Amim Jundi	Oswaldo Cruz
028	Etec Sebastiana Augusta de Moraes	Andradina
029	Etec Professora Anna de Oliveira Ferraz	Araçaraquara
030	Etec Antonio de Pádua Cardoso	Batatais
032	Etec Professor Doutor Antonio Eufrásio Toledo	Presidente Prudente
035	Etec Aristóteles Ferreira	Santos
036	Etec Professor Armando Bayeux da Silva	Rio Claro
037	Etec Frei Amaldo Maria de Itaporanga	Votuporanga
038	Etec Astor de Mattos Carvalho	Cabralia Paulista
039	Etec Augusto Tortolero Araújo	Paraguape Paulista
040	Etec Comendador João Rays	Barra Bonita
041	Etec Professor Basíliades de Godoy	São Paulo
042	Etec Benedetto Storani	Jundiaí
044	Etec Professor Marcos Uchôas dos Santos Penchel	Cachoeira Paulista
045	Etec Carlos de Campos	São Paulo
046	Etec Professor Carmelino Correa Júnior	Franca
048	Etec Cônego José Bento	Jacareí
052	Etec Professora Carmelina Barbosa	Dracena
054	Etec Elias Nechar	Catanduva
055	Etec Professor Eudécio Luiz Vicente	Adamantina
056	Etec Coronel Fernando Febeliano da Costa	Piracicaba
057	Etec Professor Francisco dos Santos	São Simão
058	Etec Deputado Francisco Franco	Rancharia